



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640225 - SP (2021/0013983-6)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : ALEXANDRE GRABERT - SP158530  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUCAS ADONAI SILVERIO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS ADONAI SILVERIO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0007218-33.2020.8.26.0502).

O paciente foi condenado e encontra-se em cumprimento da pena. Foi requerida a retificação do cálculo para progredir de regime com a fração de 40% da pena cumprida, o que foi indeferido pelo Juízo *a quo*. Apresentado agravo em execução pela defesa, o tribunal de origem negou provimento ao recurso para que fosse observada a fração de 3/5, ou seja, 60% para que o paciente pudesse progredir de regime.

Sustenta a impetrante que o paciente sofre constrangimento ilegal porque não é reincidente específico, tendo em vista que a condenação anterior não possui caráter hediondo, devendo ser aplicado o lapso de 40% trazido pela nova Lei n. 13.964/19, mais benéfica ao paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, seja concedida a ordem "*para que o MM Juízo do DEECRIM 4 – RAJ de Campinas corrija os cálculos, computando-se a fração de 2/5 de cumprimento de pena para fins de progressão de regime, vez que não se trata de agente reincidente específico em crime hediondo.*" (e-STJ fl. 5).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência